

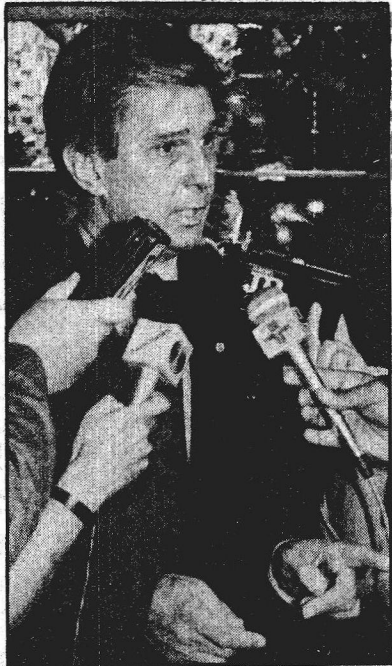
Acordo não enxuga a pauta

Carlos Menandro 19/03/90

As lideranças partidárias, reunidas ontem com o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), tentaram um acordo para enxugar a pauta de votações da Casa. No entanto, de um total de 53 projetos que estão esperando por deliberação do plenário, conseguiram apenas um "acordo de procedimento", como definiu o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), para seis projetos. Este acordo prevê a tramitação das propostas, mas não garante a sua aprovação. Na próxima quarta-feira, as lideranças voltam a se reunir para definir novos projetos de lei que deverão ser votados.

Os seis projetos previstos pelo "acordo de procedimento" são os que regulamentam a criação do Conselho de Defesa Nacional, Conselho da República, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Política Agrícola e institui o "Diário do Congresso Nacional". A liderança do Governo, representada pelo deputado Renan Calheiros (PRN-AL), pediu que a Mesa listasse os projetos enviados pelo Governo anterior, para que o atual definisse quais pretende manter na pauta e quais irá retirar.

A regulamentação do Conselho de Defesa Nacional e do Conselho da República se encontra em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Os líderes concordaram em aprovar uma urgência para os dois projetos. Com isso, o parecer será dado em plenário em uma sessão da próxima semana. O mesmo acontecerá com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Código de Defesa do Consumidor, aprovado ontem pela Comissão Mista do Congresso Nacional, será votado em regime de urgência em sessão conjunta da Câmara e do Senado. O projeto de lei do deputado José Tavares, que institui o "Diário do Congresso Na-



Ibsen prevê nova reunião

cional", será votado pela Câmara e depois encaminhado ao Senado Federal para deliberação final.

Para o projeto de política agrícola, será formada uma comissão especial, que irá reunir os projetos sobre o assunto que tramitam nas comissões do Meio Ambiente, da Agricultura e das Finanças da Câmara dos Deputados. O objetivo é reunir as três propostas que estão sendo debatidas em cada uma destas comissões em uma única proposta e aprová-la ainda antes do recesso de meio de ano.

O projeto de lei do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que regulamenta a tramitação das medidas provisórias, será discutido na próxima quarta-feira. Os líderes consideraram que o assunto é polêmico e, por isso, preferiram garantir primeiro a tramitação dos projetos que não são considerados polêmicos.